



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

01/2026

CONTRATANTE

(Câmara Municipal de Armação dos Búzios)

OBJETO

A presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento futuro e eventual das demandas da Câmara Municipal de Armação dos Búzios, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, visando à confecção e fornecimento de honrarias institucionais (placas, medalhas, títulos e outros) a serem entregues em Sessões Solenes, homenagens oficiais e demais eventos institucionais.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 268.863,12 (Duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais e doze centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **10/07/2026** às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DOS RECURSOS	22
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
11. DA GARANTIA	26
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ANEXOS	26

ADVERTÊNCIA

A Câmara Municipal adverte a todos os licitantes que não está hesitando penalizar, empresas que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma responsável, com a certeza de que poderão entregar os objetos da forma como foi pedido no edital e dentro dos prazos e preço e padrões de qualidade exigidos.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a administração pública como para as empresas licitantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

EDITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

(Processo Administrativo nº 14/2026)

Torna-se público que o(a) Câmara Municipal de Armação dos Búzios, sediado(a) Av. José Bento Ribeiro Dantas, nº 5.400 – Manguinhos – Armação dos Búzios - RJ, CEP 28.953-814, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Este edital de licitação observará as regras gerais do Decreto Municipal nº 2.138/2023. Data da **sessão**: 10/07/2026 as 10h (horário de Brasília)

Link: www.licitanet.com.br

E- mail: cpl@armacaodosbuzios.rj.leg.br

1. DO OBJETO

1.1. A presente contratação será processada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, para atendimento futuro e eventual das demandas da Câmara Municipal de Armação dos Búzios, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, visando à **confecção e fornecimento de honrarias institucionais (placas, medalhas, títulos e outros) a serem entregues em Sessões Solenes, homenagens oficiais e demais eventos institucionais.**

1.2 Dá-se o presente objeto pelo regime de execução de empreitada **MENOR PREÇO GLOBAL**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

1.2. A administração não se obriga a contratar os serviços a licitados no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** deste edital, podendo até realizar licitação específica para este objeto, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferencial, respeitada a legislação relativa às licitações.

1.3. A existência de preços registrados implicará compromisso nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.4. PRAZO DO REGISTRO DE PREÇO E CONTRATO

1.4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, contado a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional das Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico e no Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado a vantajosidade de preço, nos termos do artigo 71 do Decreto Municipal 2.138/2023.

1.4.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.4.3. No caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente na sua integralidade.

1.4.4. Os preços registrados poderão ser alterados nas condições previstas na Ata de Registro de Preços, conforme minuta que faz parte deste edital de **ANEXO VII- Ata de Registro de Preços** (inciso VI do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021).

1.4.5. Na forma prevista na Ata de Registro de Preços, o eventual contrato que vier a ser formalizado durante a sua execução poderá ser “prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo decenal máximo previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

1.4.6. Na forma do art. 86 §3º inciso II da Lei Federal 14.133/21 **É PERMITIDA A ADESÃO** a este registro de preços.

1.4.7. O prazo de **vigência da Ata de Registro de Preços** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do **art. 84 da Lei nº 14.133/2021**, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições legais aplicáveis.

1.4.8. O prazo determinado para início poderá ser prorrogado, desde que formalizado pleito com as razões e justificativas a serem submetidas à análise e aceitação da Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

1.4.9. Eventual pedido de prorrogação nos termos do item anterior, deverá ser encaminhada à fiscalização designada pelo Requisitante.

1.4.10. A contratada deverá implementar o objeto deste edital, na forma prevista no item 7 do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO.

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** (www.licitanet.com.br).

2.2. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos na plataforma **Licitanet** relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)

2.6.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.5. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
(QND HOVER PARTICIPAÇÃO)**

2.7.1. Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que atendam, ainda, aos requisitos deste Edital.

2.7.2. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

2.7.3. A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21 e formato similar da Instrução Normativa SEGES ME 05/2017.

2.7.4. Caso a licitante ME EPP optante do Simples Nacional venha ser adjudicada e adquira o status de desenquadramento, deverá providenciar comunicação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato ou instrumento equivalente), apresentando, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do termo contratual, comprovação da efetivação das providências para a exclusão obrigatória prevista nos artigos 30 e 31, incisos II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

2.7.5. Caso a licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL não efetue, nesse caso, a comunicação no prazo assinalado acima, a própria administração, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, de acordo com tabela abaixo constante no TR (Termo de Referência anexo), conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. A prestação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)

4.11. O Contrato derivado deste edital entrará em vigor na data de sua assinatura, e terá vigência pelo prazo de (12) doze meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E
FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante:

5.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global, conforme quadro constante no Termo de Referência.

5.7. Não serão aceitas propostas em quantidade inferior ao especificado no Termo de Referência.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ **50,00 (cinquenta reais)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15s (quinze segundos)** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes classificados poderão apresentar lances públicos e sucessivos, observando os critérios estabelecidos neste Edital, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações automáticas promovidas pelo sistema.

1.2. Durante a etapa competitiva, todos os licitantes devidamente classificados poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e do valor consignado no registro.

5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 min (dois minutos)** do período de duração da sessão pública.

5.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances **conforme a ordem final de classificação**.

5.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

5.16. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **10 min (dez minutos)** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22. Caso o licitante considere oportuno, poderá interpor recurso referente à proposta ou lance dos seus concorrentes no prazo de 10 (dez) minutos.

5.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.24. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.25. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.26. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.27. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

5.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.28.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.28.2. Empresas brasileiras;

5.28.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.28.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.30. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.32. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.33. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 hs (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.34. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

5.35. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata ao edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

c) SICAF.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA - Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

7.2.1. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2. Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

7.2.3. Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresasnegociosbr/empreendedor>;

7.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.5. Sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

7.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

7.2.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.2.8. Os documentos apresentados deverão indicar os responsáveis pela Administração e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.9. Documento de identificação do representante legal signatário da proposta ou contrato

7.3 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -CNPJ/MF;

7.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

7.3.3. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

7.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal;

7.3.5. Prova de regularidade para com a Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra (s) equivalente (s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)

7.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda;

7.3.7. Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

7.3.8. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

7.3.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

7.4. HABILITAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

7.4.1. Para fins de **qualificação técnica**, as licitantes deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, por meio da apresentação de **atestado (s) de capacidade técnica**, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento de materiais de natureza e complexidade semelhantes aos do objeto deste Termo de Referência.

7.4.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

7.4.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.4.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do **Contratado**, aceita pelo Contratante.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)

7.4.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.4.20. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis à sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

7.4.21. Decorrido o prazo estabelecido para a realização dos reparos ou substituições, **sem que haja o devido atendimento à solicitação do Contratante ou apresentação de justificativa formal e aceita pela Administração**, ficará o **Contratante autorizado a contratar empresa diversa** para executar os reparos, ajustes ou substituições necessárias, **correndo os custos integralmente por conta do Contratado**. A adoção dessa medida **não implicará na perda da garantia dos equipamentos**, permanecendo o Contratado **responsável pelas demais obrigações contratuais e legais**.

7.4.22. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do **Contratado**.

7.5 DEMAIS DECLARAÇÕES: A CONTRATADA

7.5.1. Deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante que indique expressamente que:

7.5.2. Está ciente do inteiro teor deste Edital e seus anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

7.5.3. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

7.5.4. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Termo de Referência;

7.5.5. Inexiste impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva à CONTRATANTE;

7.5.6. Possui ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

7.5.7. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.5.8. Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal Brasileira;

7.5.9. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do artigo 5º da **Constituição Federal**;

7.5.10. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

7.5.11. As declarações elencadas poderão ser apresentadas através de documento próprio elaborado pela CONTRATADA, desde que contemple expressamente todos os lotes elencados;

7.5.12. A alteração do modelo, no que diz respeito à sua forma de apresentação (utilização de papel timbrado, alteração de fonte e outras características do texto, por exemplo), não prejudica sua aceitabilidade pela CMAB, desde que a integralidade do conteúdo textual seja mantida;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

7.5.13. A apresentação de documento falso e/ou a falsidade da declaração, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. Todos os documentos apresentados em sede do procedimento de Contratação poderão ser disponibilizados para acesso público, em respeito aos princípios da Transparência e da Publicidade dos atos Públicos;

7.5.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou pelo endereço eletrônico cpl@armacaodosbuzios.rj.leg.br.

7.5.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5.16. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.5.17. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5.18. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5.19. A habilitação será verificada por meio no **habilitanet**, nos documentos por ele abrangidos.

7.5.20. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.5.21. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)

7.5.22. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.5.23. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5.24. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **HABILITANET** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, TRÊS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação **do pregoeiro**.

7.5.25. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.5.26. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem neste Edital, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.5.27. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.5.27.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.5.27.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.5.28. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.5.29. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 8.5.24.

7.5.30. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.5.31. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.5.32. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.armacaodosbuzios.rj.leg.br/>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de entregar os itens;

9.1.2.5. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: **advertência**;

a) Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

d) De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

f) De 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de execução do objeto, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 14/2026)

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados art. 156 § 9º.

9.15. Demais sanções cabíveis previstas no Termo de Referência.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA GARANTIA

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 14/2026)

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.armacaodosbuzios.rj.leg.br/>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta

12.11.3. ANEXO III – Carta de Credenciamento

12.11.4. ANEXO IV – Declaração Unificada

12.11.5. ANEXO V – Formulário final de Proposta

12.11.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato

12.11.7. ANEXO VII- Minuta da Ata de Registro de Preços

....., de de 2026....

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A presente contratação será processada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, para atendimento futuro e eventual das demandas da **Câmara Municipal de Armação dos Búzios**, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, visando à **confeção e fornecimento de honrarias institucionais (placas, medalhas, títulos e outros)** a serem entregues em **Sessões Solenes, homenagens oficiais e demais eventos institucionais**, conforme quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Termo de Referência.



1.2. O presente objeto enquadra-se na categoria de bens comuns, conforme definido na Lei nº. 14.133/2021, considerando que os materiais possuem características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizado expressamente pelo órgão gerenciador, observando o disposto no art. 86, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021;

item	Descrição	Foto meramente ilustrativa	Unidade de Medida	Qtd. Míni ma	Qtd. Máxi ma
------	-----------	-------------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

01	<p>Títulos Honoríficos de Cidadão Buziano: em latão cor de bronze com espessura de 2mm e medindo 28cm (largura) x 22cm (altura), contendo gravação em baixo relevo de impressão da imagem dos “Três Pescadores de Búzios” no canto esquerdo inferior, além de gravações em baixo relevo de escritas referente à homenagem e homenageado no centro, e dos brasões nacional no canto esquerdo superior brasão do município no canto direito superior, sobre acrílico perolado, com fundo preto, totalizando espessura de 08mm e medindo 34cm (largura) x 28cm (altura), com biso-te, com penduradores nas extremidades e tripé para exposição, acondicionado em estojo de camurça azul marinho (Veludo Luxo) com plaquetas em latão em fotocorrosão tamanho 6x2cm., personalizado, com o brasão do município e o nome da Câmara Municipal gravado no tampo do estojo impressão dourada estilizado no tamanho 12x12 cm, personalizado.</p>	 	Und	72	144
----	---	--	-----	----	-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

02	<p>Confecção de Medalhas Dr. José Bento Ribeiro Dantas: em metal dourado com banho em ouro, medindo 7,5cm (largura) x 7,5cm (altura) e espessura de 4mm, estampada por ferramenta e no verso contendo a esfinge em alto relevo do José Bento Ribeiro Dantas as inscrições “Câmara Municipal de Armação dos Búzios”, com borda azul e no anverso o brasão no centro com as inscrições “Poder Legislativo” na parte superior e na parte inferior com as inscrições: “Armação dos Búzios” entregue no estojo de camurça vermelha (Veludo Luxo) com gravação externa estilizada do brasão da cidade em dourado, com berço e detalhe em relevo para colocação de medalhas em acrílico mesclado, com placa interna em metal dourado com gravação em corrosão de dados, e placa externa para identificação, personalizada, aproximadamente 6x2cm, para entrega em Sessão Solene.</p>	 	Und	72	144
03	<p>Confecção de Moções de Congratulações e Aplausos: em acrílico com espessura de 4mm e medindo 26cm (largura) x 18cm (altura), com biscoito, contendo imagem de fundo, escritas no centro, brasão nacional no canto direito superior, sobre acrílico com espessura de 6mm e medindo 34cm (largura) x 24cm (altura), com biscoito, com pendurador nas extremidades e tripé para exposição, acondicionado no estojo de camurça vermelha (Veludo Luxo), com gravação externa em dourado estilizada 12x12cm do brasão da cidade</p>		Und	72	144




CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

	no tampo do estojo, placa externa para identificação em metal dourado, personalizada, aproximadamente 6x2cm para entrega em Sessão Solene				
04	<p>Confecção de placa “Mulher Destaque”, em acrílico com espessura de 4mm e medindo 21 cm de largura e 16 cm de altura, contendo imagem no fundo na parte esquerda da estátua de Brigitte Bardot, brasão do município no centro, escrita no fundo da placa, placa dourada, sobre acrílico perolado, com espessura de 6mm e medindo 30cm largura e 24 cm de altura, com biso-te , com pendurador nas extremidades e tripé para exposição, acondicionado no Estojo de camurça na cor rosa pink (veludo Luxo), com brasão do município nas cores originais ,com gravação externa em dourado estilizada 10cmx10cm frase: Prêmio Mulher Destaque e embaixo Câmara Municipal de Armação dos Búzios, na parte externa com plaquetas em latão em fotocorrosão tamanho 6x2cm., personalizado</p>		Und	9	18
05	<p>Confecção de medalha honorífica denominada “Amaury Holanda”, em formato circular, confeccionada em metal dourado, com diâmetro de 65 mm e espessura de 4 mm.</p> <p>Características Técnicas:</p> <p>a) Anverso: imagem de Amaury Holanda em relevo, posicionada no círculo central da medalha;</p> <p>b) Verso: brasão do Município de Armação dos Búzios,</p>		Und	27	54



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

	<p>posicionado no centro, medindo 23 mm de altura e 23 mm de diâmetro, circundado pela inscrição: “HONRA AO MÉRITO DESPORTIVO – ARMAÇÃO DOS BÚZIOS”;</p> <p>c) No verso, deverá constar ainda gravação permanente, em letras maiúsculas, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – HONRA AO MÉRITO DESPORTIVO AMAURY HOLANDA; – Nome do homenageado; – Nome do proponente; – Ano da outorga; <p>d) A medalha deverá ser suspensa por fita de cetim, com 35 mm de largura, na cor azul, fixada por suporte metálico apropriado;</p> <p>e) O produto deverá ser acondicionado em estojo aveludado, na cor azul, adequado à apresentação e conservação do item.</p>					

2.FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art.6º, XXIII, b, da Lei Federal nº 14.133/2021)

2.1. A presente contratação tem como base o Estudo Técnico Preliminar, o qual foi elaborado com intuito de identificar e analisar as necessidades de contratação do órgão contratante, sendo conduzido de forma detalhada considerando as demandas específicas relacionadas as necessidades apresentadas.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de realização da **Sessão Solene em comemoração ao 31º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Armação dos Búzios**, ocasião em que serão entregues os **Títulos Honoríficos de Cidadão Buziano**, bem como outras honrarias institucionais previstas no âmbito do Poder Legislativo Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

2.3. A referida solenidade encontra-se expressamente prevista no **art. 168, § 3º, da Resolução nº 892, de 30 de dezembro de 2014 – CMAB**, que dispõe:

“Será realizada Sessão Solene no aniversário da emancipação do Município de Armação dos Búzios, aonde serão entregues os Títulos de Cidadão Buziano, as Moções de Congratulações e Aplausos e as Medalhas José Bento Ribeiro Dantas.”.

2.4. Ademais, a **Placa/Moção “Mulher Destaque”** será concedida em solenidade própria, realizada na **Câmara Municipal**, durante a semana em que se comemora o **Dia Internacional da Mulher**, em conformidade com a **Resolução nº 906, de 07 de julho de 2016**, que institui a referida honraria e disciplina sua entrega.

2.5. Outrossim, a **Medalha do Mérito Esportivo Amaury Holanda** será entregue, preferencialmente, no mês de **fevereiro**, em razão das celebrações alusivas ao **Dia Nacional do Esporte**, em sessão solene a ser realizada na **Câmara Municipal de Armação dos Búzios**, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

2.6. Dessa forma, a contratação de **serviços especializados para a confecção e fornecimento das honrarias institucionais** revela-se medida **necessária e indispensável** para o cumprimento das normas vigentes, para o adequado atendimento aos agraciados escolhidos pelo Poder Legislativo Municipal e para garantir a **solenidade, a formalidade e o padrão institucional compatíveis com a relevância dos eventos oficiais** promovidos pela Câmara Municipal de Armação dos Búzios.

2.7. A adoção do **Sistema de Registro de Preços** mostra-se a solução mais adequada e eficiente, considerando a **imprevisibilidade quanto às quantidades exatas a serem demandadas ao longo do período**, bem como a necessidade de aquisições frequentes, possibilitando maior **flexibilidade, economicidade, racionalização de estoques e otimização dos recursos públicos**, em conformidade com os princípios da **eficiência, planejamento e economicidade**, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

3.1. O objeto da presente contratação consiste na **confecção e fornecimento de honrarias institucionais personalizadas**, destinadas às solenidades oficiais promovidas pela **Câmara Municipal de Armação dos**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

Búzios, conforme especificações técnicas e quantitativos estimados descritos a seguir.

3.2. Os quantitativos apresentados possuem **caráter meramente estimativo**, não representando compromisso de contratação integral, sendo utilizados exclusivamente para fins de planejamento, formação da Ata de Registro de Preços e estimativa orçamentária, podendo variar de acordo com a necessidade da Administração, observados os limites legais, conforme **tabela Item 1.4.**

3.3. As especificações e os quantitativos do objeto a ser adquirido constam na **tabela item 1.4**, sendo fixados **quantitativos mínimo e máximo**, observando-se que o quantitativo máximo não poderá exceder em mais de **100% (cem por cento)** o quantitativo mínimo estimado, nos termos do planejamento da contratação e das regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

3.4. A fixação do quantitativo máximo em até 100% superior ao mínimo justifica-se pela natureza variável do consumo, pela impossibilidade de prever com exatidão a demanda futura, pela necessidade de garantir a continuidade do fornecimento e pela economicidade proporcionada pela contratação sob demanda.

3.5. Dessa forma, o limite estabelecido assegura **flexibilidade administrativa, previsibilidade ao fornecedor e observância aos princípios da legalidade, planejamento, razoabilidade e interesse público**, permanecendo a efetiva contratação condicionada à necessidade comprovada, à disponibilidade orçamentária e à autorização da autoridade competente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6, XXIII, c, da Lei Federal nº 14.133/2021)

4.1. A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de honrarias institucionais personalizadas**, por meio do Sistema de Registro de Preços, de forma a atender, de maneira **planejada, padronizada e contínua**, às demandas da **Câmara Municipal de Armação dos Búzios** relacionadas à realização de sessões solenes e eventos oficiais.

4.2. A contratação abrangerá todas as etapas necessárias à execução do objeto, incluindo a **produção, personalização, acabamento, embalagem e entrega** dos itens, tais como **Títulos Honoríficos de Cidadão Buziano, Medalhas José Bento Ribeiro Dantas, Moções de Congratulação e Aplausos, Placas/Moções “Mulher Destaque” e Medalhas do Mérito Esportivo Amaury Holanda**, observadas as especificações técnicas e o padrão institucional definidos neste Termo de Referência.

4.3. A utilização do **Sistema de Registro de Preços** permite à Administração realizar as contratações de forma **flexível e eficiente**, diante da **variação de quantidades e da imprevisibilidade quanto ao momento**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

exato das demandas, possibilitando a emissão de pedidos conforme a ocorrência das solenidades, sem a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios a cada evento.

4.5. A solução assegura, ainda, a **padronização técnica mínima e institucional das honorarias, a qualidade dos materiais empregados, a tempestividade das entregas e a economicidade dos gastos públicos**, ao concentrar as aquisições em uma única ata, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos e a otimização dos recursos administrativos.

4.6. Dessa forma, a solução apresentada atende plenamente ao **interesse público**, garante o **cumprimento das normativas internas da Câmara Municipal**, preserva o **caráter solene e simbólico das homenagens** e observa os princípios da **legalidade, eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público**, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

5- DA FUNDAMENTAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, VALIDADE

5.1. O prazo de **vigência da Ata de Registro de Preços** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do **art. 84 da Lei nº 14.133/2021**, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições legais aplicáveis.

5.2. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem **caráter estimativo**, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, que poderá, durante a vigência da Ata, realizar contratações conforme a **conveniência e oportunidade administrativas**, observadas as necessidades efetivas, o calendário de solenidades e os limites legais aplicáveis.

5.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, respeitadas as condições, valores e especificações registradas, **podendo o contrato ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos**, desde que comprovada a vantajosidade e observado o limite legal previsto na Lei nº 14.133/2021.

6. DO REGIME DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento das honorarias institucionais objeto desta contratação ocorrerá de forma **parcelada e sob demanda**, em conformidade com o **Sistema de Registro de Preços**, de acordo com as necessidades da **Câmara Municipal de Armação dos Búzios** e com o calendário das solenidades oficiais.

6.2. As entregas serão realizadas mediante ordem de fornecimento, emitidos pela Administração, nos quais



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

constarão as especificações dos itens, os quantitativos solicitados, os prazos e o local de entrega.

6.3. Os quantitativos indicados neste Termo de Referência possuem **caráter estimativo**, não gerando obrigação de fornecimento mínimo por parte da Administração, ficando o atendimento condicionado às demandas efetivamente apresentadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.4. O fornecimento deverá observar rigorosamente as **especificações técnicas**, os **padrões de qualidade**, os **prazos de entrega** e as **condições estabelecidas** neste Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei Federal nº 14.133/2021)

7.1. A execução ocorrerá de maneira **parcelada e sob demanda**, em consonância com o **Sistema de Registro de Preços**, mediante emissão de **ordem de fornecimento**, ou instrumento equivalente pela Câmara Municipal de Armação dos Búzios, contendo as informações necessárias à produção dos itens, tais como tipo de honraria, quantitativos, textos, nomes dos agraciados, datas e demais elementos de personalização.

7.2. Os materiais deverão ser entregues na **Avenida José Bento Ribeiro Dantas, nº 5.400, bairro Manguinhos**, no **Setor de Almoxarifado da Câmara Municipal de Armação dos Búzios**, de **segunda a sexta-feira**, no horário **das 9h00 às 16h00**, em dias úteis, devidamente embalados, de forma a preservar sua integridade até o momento da entrega.

7.3. O recebimento dos produtos será realizado de forma **provisória e definitiva**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, condicionando-se o aceite final à verificação da conformidade com as especificações técnicas e com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços.

7.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24(vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.5. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis à sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, f, da Lei Federal nº 14.133/2021)

8.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e no DECRETO Nº 2.132, DE 22 DE MARÇO DE 2023, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

a) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução do contrato, por motivo devidamente justificado, **o prazo contratual ficará automaticamente prorrogado pelo período correspondente**, devendo tais ocorrências ser **formalmente registradas nos autos mediante simples apostila**, nos termos da legislação vigente.

b) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim

c) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

d) Após a emissão do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

a) A execução do objeto, formalizada por meio de instrumento equivalente, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado(s), ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

b) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/21;

c) O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto formalizado por instrumento equivalente, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento ou a fiscalização exercida pela Administração, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

d) O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Fiscalização Técnica

- a)** O fiscal técnico acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b)** O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 2.132 de 22 de março de 2023);
- c)** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 2.132 de 22 de março de 2023);
- d)** O fiscal técnico informará ao setor responsável, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 2.132 de 22 de março de 2023);
- e)** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao setor responsável. (Decreto Municipal nº 2.132 de 22 de março de 2023);
- f)** O fiscal técnico comunicará ao setor responsável, em tempo hábil, o término da vigência do instrumento equivalente sob sua responsabilidade, para as providências administrativas cabíveis, nos termos do Decreto Municipal nº 2.132, de 22 de março de 2023.

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 2.132 de 22 de março de 2023).

- a)** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

tempestivamente na solução do problema, reportando ao setor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 2.132 de 22 de março de 2023).

b) Serão observadas as exigências previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, consoante o disposto no § 1º do art. 95 do mesmo diploma legal.

9. CRITÉRIOS E MEDIÇÃO DE PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei Federal nº 14.133/2021)

9.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

9.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.6. Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas

9.7. À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para o fornecimento com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

9.8. A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

9.9. Do Faturamento

9.9.1. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

9.9.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

9.9.3. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

9.9.4. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

9.10. Do Pagamento

9.10.1. O prazo de pagamento, não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e será feito mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles, necessariamente o fiscal do contrato;

9.10.2. Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, a Contratada deverá anexar cópia das seguintes certidões dentro dos seus prazos de validade:

i. Previdenciária

ii. FGTS;

iii. Fazenda Municipal;

iv. Fazenda Estadual;

v. E outras se necessário, conforme solicitação.

9.10.3. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

9.10.4. A Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, conter a identificação do Banco, número da agência e da Conta Corrente, para efetuação do pagamento;

9.10.5. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Cód. Red.	Programa de Trabalho	Class. Econômica	Fonte
12	01.031.0051.2301	3.3.90.32.00.00	1500



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei Federal nº 14.133/2021)

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, sobre o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

12. DO MEIO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES:

12.1. De acordo com o disposto no Art. 41, V do Decreto Municipal nº 2.132/2023, fica estabelecido que contratada deverá se comunicar com a contratante pelos meios físicos e digitais disponíveis no mercado, em especial através do e-mail instrucional da Câmara Municipal de Armação dos Búzios: comprascmab2@gmail.com

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.1. De acordo com a pesquisa inicial realizada, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 268.863,12 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e três e vinte e doze centavos), **conforme demonstrado na Tabela constante do Anexo I.**

13.2. As empresas que vierem a participar do certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pela Câmara Municipal de Armação dos Búzios o que estiver indicado oportunamente no Edital de Licitação e seus anexos.

14. DAS OBRIGAÇÕES

I. Da Contratante

- a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c)** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e)** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

g) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 07 (sete) dias.

II Da Contratada

a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

d) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

e). Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021)

15.1. O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

I. Advertência

II. Multa

III. Impedimento de Licitar e Contratar, e

IV. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar.

15.2. Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

15.2.1. Declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme artigo §2º do artigo 337 -M do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

15.2.2. Venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337 -F do Decreto Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21).

15.2.3. Afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

15.2.4. Devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337- J do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21)

15.2.5. Patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

15.2.6. Não celebre o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.6.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.2.7. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.2.8. Fraude a licitação;

15.2.9. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza, em especial quando:

I. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

II. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

III. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.2.10. Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.2.11. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n.º 12.846/13, em especial:

I. Venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

conforme a letra b do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

II. Crie, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, conforme a letra e do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

III. Obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais conforme a letra f do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

15.3. Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

15.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.2.1, 15.2.6 a 15.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.5. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.2.2 a 15.2.5 e 15.2.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.2.1, 15.2.6 a 15.2.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação, ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.6.1. Para as infrações previstas nos itens 15.2.1, 15.2.6 a 15.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor da contratação, ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

15.6.2. Para as infrações previstas nos itens 15.2.2 a 15.2.5, 15.2.9 a 15.2.13, a multa será de 15% a 30% sobre o valor da contratação, ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

15.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

15.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.8.1. Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato, ou da ata de registro de preço (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente) sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a referida recusa, sujeitando-o a multa moratória de 1% por dia de atraso injustificado, com base no valor adjudicado, na forma prevista no termo de referência, além da aplicação da aplicação do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de até 3 (três) anos.

15.8.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual, a signatária da Ata de Registro de Preços/Contratada estará sujeita a multas no caso da ocorrência das situações correlacionadas e graduadas adiante, relacionadas especificamente a efetiva execução do objeto, relevadas possíveis justificativas que possam ser apresentadas por parte da contratada.

TABELA DE EVENTOS			
ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
01	O atraso injustificado na assinatura de Ata de registro de preços/Contrato fora do prazo definido previamente no edital do certame e seus anexos.	Multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado Valor Adjudicado ou valor da parcela a ser contratada respectivamente, conforme o caso	Valor Adjudicado ou valor da parcela a ser contratada respectivamente, conforme o caso.
02	Não disponibilização de canal de atendimento seja telefônico ou por meio digital, inviabilizando a devida comunicação com a signatária do Contrato/Ata de registro de preços	Multa moratória de 0,5% duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ata ou do contrato ou parcela inadimplida
03	O atraso injustificado na entrega do objeto fora do prazo previsto no instrumento contratual, edital e anexos	Multa moratória de 1% por dia de atraso injustificado, limitada a 20%	Valor da parcela inadimplida
04	Entrega do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência	Multa compensatória de 5% duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ata ou do contrato ou parcela inadimplida
05	Desatender as determinações regulares da Autoridade designada para o acompanhamento e fiscalização, assim como as de seus superiores (inciso II do art. 137 da Lei Federal 14133/21)	Multa compensatória de 5% por ocorrência, limitada a 30%	Valor da ata ou remanescente
06	Efetuar Subcontratação total ou parcial do objeto não admitida no contrato ou edital e seus anexos (Inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 20%	Valor da ata/contrato ou remanescente

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21.

15.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração

15.16. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme previsto no artigo 161 na Lei Federal nº 14.133/21.

15.17. As sanções administrativas aplicáveis por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência e/ou na Minuta do Contrato, que constituem anexos deste Edital de Licitação.

16. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, XVIII, do Decreto Municipal nº 2.139/2023)

16.1. Optou-se pelo **não parcelamento da solução**, com a contratação por **valor global**, em razão da **natureza integrada do objeto**, que consiste na confecção e fornecimento de **honorários institucionais personalizados**, as quais demandam **padronização estética, identidade visual única e uniformidade de materiais, acabamentos e técnicas de produção**.

16.2. O parcelamento do objeto poderia comprometer a **harmonia visual, a padronização institucional** e a



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

qualidade final das honorarias, além de gerar **dificuldades na gestão, fiscalização e compatibilização dos itens**, sobretudo em solenidades realizadas de forma conjunta.

16.3. Ademais, a contratação por valor global favorece a **economicidade**, ao permitir a obtenção de **preços mais vantajosos**, reduzir custos administrativos e operacionais e minimizar riscos de **incompatibilidade entre fornecedores distintos**, assegurando maior **eficiência na execução** e no cumprimento dos prazos.

16.4. Ressalta-se, ainda, que a opção pelo não parcelamento **não restringe a competitividade**, uma vez que o objeto apresenta características comuns no mercado, sendo plenamente executável por empresas especializadas do ramo, não havendo prejuízo à ampla participação de interessados.

16.7. Dessa forma, o não parcelamento da solução mostra-se **tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e compatível com o interesse público**, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade, planejamento e padronização**, nos termos do Decreto Municipal nº 2.139/2023.

17. DA SUSTENTABILIDADE (art. 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021)

17.1. A contratação observará os **princípios do desenvolvimento nacional sustentável**, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, buscando conciliar a **eficiência administrativa** com a **redução de impactos ambientais**, sempre que tecnicamente viável.

17.2. Nesse sentido, a CONTRATADA deverá, preferencialmente:

17.2.1. Utilizar **materiais duráveis e de qualidade**, que ampliem a vida útil das honorarias, evitando substituições frequentes e desperdícios;

17.2.2. Priorizar, sempre que possível, o uso de **materiais recicláveis, reciclados ou provenientes de fontes ambientalmente responsáveis**, desde que não comprometam o padrão institucional e a qualidade do objeto;

17.2.3. Adotar **processos produtivos que reduzam o consumo de recursos naturais**, tais como **água e energia**, bem como **minimizem a geração de resíduos**;

17.2.4. Realizar o **descarte ambientalmente adequado** de resíduos gerados durante a produção, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

17.2.5. Utilizar **embalagens adequadas e racionalizadas**, evitando excessos e priorizando materiais



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

reutilizáveis ou recicláveis, quando possível.

17.3. As exigências de sustentabilidade deverão ser observadas **sem prejuízo da qualidade, da estética e da solenidade** inerentes às honrarias institucionais, preservando o padrão visual e simbólico exigido pela Câmara Municipal de Armação dos Búzios.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021)

18.1. A contratação do objeto dar-se-á por meio do **Sistema de Registro de Preços**, com a formalização da respectiva **Ata de Registro de Preços**, na qual serão registrados os preços, fornecedores, condições de fornecimento, prazos, quantitativos estimados e demais condições previstas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

18.2. A **Ata de Registro de Preços** terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do **art. 84 da Lei nº 14.133/2021**, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições legais aplicáveis.

18.3. O registro de preços **não obriga a Administração** a contratar, ficando a contratação condicionada à efetiva necessidade, à disponibilidade orçamentária e à conveniência administrativa, respeitados os limites e condições estabelecidos na Ata.

18.4. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de **Contrato Administrativo ou instrumento equivalente**, conforme o caso, observadas as disposições da Ata, do edital e da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços caberão à unidade administrativa competente, que acompanhará o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor registrado, sem prejuízo da aplicação das **sanções administrativas** previstas em lei e no instrumento convocatório, em caso de descumprimento.

18.6. As **quantidades máximas registradas** e o **prazo de vigência da Ata de Registro de Preços** consideram-se **intransponíveis**, por força da **Lei nº 14.133/2021** e da legislação aplicável, não sendo admitida a sua extrapolação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

19. DOS PREÇOS

19.1. O preço auferido no certame deverá ser mantido durante o período da ARP, ressalvadas as previsões contidas nas normas que regem os termos da espécie, observadas as circunstâncias específicas de cada caso.

19.2. A possibilidade de reajuste do termo contratual que seja firmado além da ARP deve observar o intervalo mínimo de 12 meses, a contar da data de assinatura do mesmo, ou no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo disposição legal permissiva.

19.3. Os valores unitários apresentados na proposta de preços deverão contemplar todos os custos atrelados ao fornecimento (frete, recursos materiais e humanos, impostos, contribuições etc.), constituindo o preço unitário, de acordo com as condições deste Termo de Referência.

20. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AFO)

20.1. A execução do objeto dar-se-á mediante a emissão de **Autorização de Fornecimento – AFO**, expedida pela **Câmara Municipal de Armação dos Búzios**, a qual constituirá o instrumento formal para início da execução das obrigações pela CONTRATADA.

20.1.1. A AFO conterá, no mínimo, a **identificação do fornecedor**, a **descrição detalhada dos itens**, os **quantitativos**, o **local de entrega**, o **prazo para fornecimento**, e prazos para apresentação de layout, prova digital ou modelo, **quando aplicável** bem como as demais condições necessárias à perfeita execução do objeto.

20.1.2. O prazo para entrega dos materiais será contado a partir do **recebimento da AFO**, devendo o fornecedor atender integralmente às condições nela estabelecidas, sob pena de aplicação das **sanções administrativas** previstas na Lei nº 14.133/2021, na Ata de Registro de Preços e no instrumento convocatório.

20.1.3. A emissão da AFO não gera, por si só, obrigação de contratação em quantitativos além dos registrados, ficando a Administração vinculada aos limites e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, observada a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

21. DO INSTRUMENTO DE CONTRATO (art. 89, da Lei Federal nº 14.133/2021)

21.1. Sobreposto simetricamente às quantidades e prazo da AFO, a Administração poderá emitir contrato de fornecimento, observado o regramento introduzido pela Lei 14.133/21, em seu art. 89.

21.2. O objeto a ser contratado é fornecimento contínuo, nos termos do artigo 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021.

21.3. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de **instrumento de contrato**, nos termos do **art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as condições, valores, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência, do edital da licitação e da Ata de Registro de Preços.

21.4. Conforme dispõe o **art. 84, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**, a Ata de Registro de Preços poderá ter vigência de **até 1 (um) ano, prorrogável por igual período**, desde que comprovado o preço vantajoso e persistente o interesse da Administração. Assim, sendo cumpridos esses requisitos legais e formais, é **juridicamente possível a prorrogação da ARP**.

21.5. O contrato estabelecerá, de forma clara e objetiva, as **obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE**, os prazos de execução, as condições de pagamento, as penalidades aplicáveis, bem como as demais cláusulas necessárias à fiel execução do objeto.

21.6. A vigência do contrato será compatível com a execução do objeto que lhe der origem, podendo ser **prorrogada**, mediante termo aditivo, desde que comprovada a **manutenção da vantajosidade para a Administração**, observados os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

22.1. A medição para fins de pagamento será realizada com base no **efetivo fornecimento** das honorarias institucionais, devidamente **entregues, conferidas e aceitas** pela Administração, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

22.2. O pagamento será efetuado **por item efetivamente fornecido**, de acordo com os **valores unitários registrados** na Ata de Registro de Preços ou previstos no contrato, mediante apresentação de **nota fiscal/fatura**, devidamente atestada pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

22.3. O atesto da nota fiscal ficará condicionado à verificação da **conformidade dos produtos**, quanto à qualidade, personalização, quantidade, acabamento e cumprimento dos prazos estabelecidos na Autorização de Fornecimento – AFO.

22.4. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

22.5. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (**trinta**) **dias**, contado a partir da data do **atesto definitivo** da nota fiscal/fatura, desde que não haja pendências ou irregularidades que impeçam a liquidação da despesa.

22.6. Em caso de inconformidades, a CONTRATADA será formalmente notificada para proceder à **regularização ou substituição dos itens**, ficando o pagamento suspenso até a completa solução das pendências, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

22.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

22.8. Não será admitido pagamento antecipado, sendo vedada a inclusão de valores referentes a itens não entregues ou não aceitos pela Administração.

22.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada.

22.10. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

22.11. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada.

22.12. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

23. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei Federal nº 14.133/2021)

23.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos órgãos da administração pública, desde que autorizado expressamente pelo órgão gerenciador, observando o disposto no decreto que Regulamenta o Registro de Preços.

23.2. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

23.3. Garantia da Contratação:

23.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

23.5. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

23.5.1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

23.5.2. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

23.5.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relacionado à sede do licitante, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal;

23.5.4. Prova de regularidade para com a Dívida Ativa Estadual, relacionado à sede do licitante, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

23.5.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relacionado à sede do licitante, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

23.5.6. Certidão da Dívida Ativa Municipal, relacionado à sede do licitante, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

23.5.7. Empresas sediadas em município que emita Certidão Negativa de Débitos unificada (tributos e dívida ativa), sem que haja declaração expressa em seu conteúdo de que estão contemplados aqueles inscritos em Dívida Ativa, deverão apresentar documentação suplementar que esclareça tal informação tornando-a inequívoca (Ex.: Legislação própria municipal; declaração de servidor competente vinculado ao Município emissor, outras), de modo a possibilitar ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO a promoção das diligências necessárias e/ou à verificação daquilo que for informado, se for o caso.

23.5.8. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

23.5.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

23.6. A habilitação dos licitantes poderá ser comprovada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos documentos por ele abrangidos.

23.7. Para fins de **qualificação técnica**, as licitantes deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, por meio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de materiais de natureza e complexidade semelhantes aos do objeto deste Termo de Referência.

23.8. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a **identificação do emitente**, a **descrição dos materiais fornecidos**, o **período de execução** e a **avaliação satisfatória do desempenho da contratada**, permitindo à Administração verificar a capacidade técnica da licitante para o cumprimento das obrigações assumidas.

24. Da apresentação de amostras;

24.1. Para fins de verificação da compatibilidade do objeto ofertado com as especificações técnicas deste Termo de Referência, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra física do respectivo item, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação pelo pregoeiro.

24.2. A amostra será avaliada quanto aos aspectos objetivos de:

24.2.1. Dimensões;



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

24.2.2. Material empregado;

24.2.3. Método de gravação;

24.2.4. Acabamento;

24.2.5. Resistência;

24.2.6. Conformidade com as especificações mínimas descritas neste Termo de Referência.

24.3. A reprovação da amostra implicará a desclassificação do licitante no respectivo item, com a convocação do licitante subsequente.

24.4. A exigência de amostra não constitui critério de julgamento, mas instrumento de verificação de conformidade técnica, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. As disposições contidas neste Termo de Referência complementam-se pelas normas e princípios previstos na **Lei nº 14.133/2021**, bem como pelas demais legislações aplicáveis, integrando o processo de contratação como parte essencial.

24.2. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, assumindo total responsabilidade pela execução do objeto contratado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

24.3. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/21, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

24.4. Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as especificações do Termo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

27.DOS ANEXOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

27.1. São anexos do presente Termo de Referência os seguintes documentos:

Anexo I – Planilha detalhada do item

29.RESPONSÁVEIS:

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas.

Armação dos Búzios, 21 de maio de 2026.

<i>Elaborado por:</i>	<i>Aprovado por:</i>
Ivana Fonseca dos Santos <i>Chefe de Divisão de Compras</i> <i>Mat. 1742</i>	Victor de Almeida dos Santos <i>Presidente</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

Planilha Detalhada do Item

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01	144	Títulos Honoríficos de Cidadão	R\$ 630,80	R\$ 90.835,20
02	144	Moção de congratulações e Aplausos	R\$ 442,03	R\$ 63.652,32
03	144	Medalha José Bento Ribeiro Dantas	R\$ 584,02	R\$ 84.098,88
04	18	Moção/ Placa Prêmio "Mulher Destaque"	R\$ 476,67	R\$ 8.580,06
05	54	Medalha do Mérito Esportivo "Amaury Holanda"	R\$ 401,79	R\$ 21.696,66
VALOR TOTAL			R\$ 268.863,12	



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO Nº XXX/2026 – PROCESSO Nº

14/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na **confeção e fornecimento, sob demanda, de honorarias institucionais personalizadas**, tais como **placas, medalhas, títulos, diplomas, troféus, comendas, estojos e materiais correlatos**, destinados à realização de **Sessões Solenes, homenagens oficiais, datas comemorativas, eventos institucionais e demais atos protocolares da Câmara Municipal**, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

A firma abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados no presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Proponente: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____
Email: _____ CNPJ: _____

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01	144	Títulos Honoríficos de Cidadão	R\$	R\$
02	144	Moção de congratulações e Aplausos	R\$	R\$
03	144	Medalha José Bento Ribeiro Dantas	R\$	R\$
04	18	Moção/ Placa Prêmio “Mulher Destaque”	R\$	R\$
05	54	Medalha do Mérito Esportivo “Amaury Holanda”	R\$	R\$
VALOR TOTAL			R\$	

*indicação requerida de marca e /ou modelo como condições de aceitabilidade e validade unitária da proposta.

O preço total ofertado é R\$: xxxxxxxx,00 (_____)

O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de nº xx/2026.

O prazo de validade desta proposta comercial é de 90(noventa dias), contados da data de sua entrega à administração, observando o disposto no art. 90,§ 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

BANCO_____CONTA CORRENTE_____

Armação dos Búzios, _____de _____de 2026.

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

ANEXO III

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **contratação** de empresa especializada na confecção e fornecimento de honrarias institucionais.

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Prezados Senhores,

Pelo presente instrumento de mandato[LICITANTE],[QUALIFICAÇÃO], doravante denominada "OUTORGANTE", nomeia e constitui seus bastantes REPRESENTANTES CREDENCIADOS, Sr(a).
..... [NOME], [QUALIFICAÇÃO]; Sr(a).
..... [NOME], [QUALIFICAÇÃO], credenciando-os para, em [conjunto e/ou isoladamente], praticar todos os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no EDITAL de PREGÃO Nº [.....], inclusive para:

- I. Representar a OUTORGANTE nas sessões públicas de LICITAÇÃO e em todosos demais atos do processo licitatório;
- II. Interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos;
- III. Representar a OUTORGANTE na defesa de seus interesses em âmbitos administrativo e judicial durante o procedimento licitatório;
- IV. Assinar, apresentar proposta, prestar esclarecimentos, satisfazer exigências, ajustar condições, receber notificações, intimações e citações, concordar e discordar de atos e decisões da PREGOEIRO; e
- V. Fazer acordos e renunciar a direitos.

A[LICITANTE] tem ciência de que seus REPRESENTANTES CREDENCIADOS serão os responsáveis pela integral representação da LICITANTE no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**, detendo os poderes necessários e suficientes para representação durante todo o processo licitatório.

[LOCAL], [DATA]

[LICITANTE]

[REPRESENTANTE LEGAL]

RG nº

CPF/ME sob o nº



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE HABILITAÇÃO, CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2026

A empresa _____, inscrita no **CNPJ** nº _____, com sede _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 001/2026 da Câmara Municipal de Armação dos Búzios, que:

1. Possui pleno conhecimento e aceita integralmente todas as condições, exigências, especificações, critérios e obrigações constantes do Edital, seus anexos e demais documentos que compõem o procedimento licitatório.
2. Responde pela autenticidade, veracidade e legitimidade de todas as informações e documentos apresentados no certame.
3. Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidos no edital e na legislação aplicável.
4. Sua proposta foi elaborada de forma independente e encontra-se em total conformidade com as exigências do edital e do Termo de Referência.
5. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto licitado, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, securitários, administrativos, logísticos e demais despesas diretas ou indiretas, observando os direitos assegurados pela Constituição Federal, legislação trabalhista, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes.
6. Não possui fato impeditivo à sua habilitação ou contratação com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar imediatamente qualquer fato superveniente que venha a alterar essa condição.
7. Possui pleno conhecimento de todas as informações, condições locais, especificações técnicas e demais circunstâncias necessárias à perfeita execução do objeto licitado.
8. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas na legislação vigente, especialmente no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, quando aplicável.
9. Cumpre as exigências legais relativas à contratação de aprendizes e demais reservas legais de cargos previstas na legislação trabalhista e demais normas específicas, quando aplicáveis.
10. Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
11. Não utiliza mão de obra em condições degradantes, trabalho forçado ou análogo à escravidão, observando integralmente os princípios e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e na legislação brasileira.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

12. Não se encontra suspensa de licitar ou impedida de contratar com a Administração Pública, nem foi declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, ressalvadas as hipóteses legalmente reabilitadas.
13. Está ciente de que a apresentação de declaração falsa, documento falso ou informação inverídica sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis.
14. Declara, por fim, que todas as informações prestadas são verdadeiras e que assume integral responsabilidade por seu conteúdo.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza todos os efeitos legais.

Armação dos Búzios XX de XX de 2026

Nome do Representante Legal

CPF: _____

Cargo: _____

Razão Social: _____

CNPJ: _____



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

ANEXO V

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA FINAL

Pregão eletrônico – PROCESSO Nº 14/2026

FIRMA: _____ **CNPJ Nº** _____

Apresentamos a seguinte proposta, sob as seguintes condições:

VALOR TOTAL R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

Armação dos Búzios/RJ; XX de XXXXXX de 2026.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO**

ANEXO VI

Processo Administrativo nº 14/2026

Pregão Eletrônico nº xxxx/2026

CONTRATO DE Nº XXXX/2026, celebrado entre o
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS,
como contratante, e a sociedade empresária
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, como contratada, na forma abaixo:

Aos dias XXXX do mês de XXXXX do ano de 2026, **CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ Nº **01.636.129/0001-53**, com sede administrativa situada na Av. José Bento Ribeiro Dantas, 5400, lojas 08, 16, 17, 18 e 19 e salas 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 31 – Manguinhos – Armação dos Búzios - RJ representado pelo seu Presidente, abaixo assinado, devorante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede estabelecida à XXXXXXXX, XX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente instrumento, conforme cláusulas e condições a seguir em observância a Lei Federal nº. 14.133/21, e demais normas pertinentes ou outra que porventura vier a alterar, substituir ou complementá-la e ainda, pelos preceitos de direito público, nos termos das seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO.

A presente contratação será processada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, para atendimento futuro e eventual das demandas da Câmara Municipal de Armação dos Búzios, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, visando à confecção e fornecimento de honorarias institucionais (placas, medalhas, títulos e outros) a serem entregues em Sessões Solenes, homenagens oficiais e demais eventos institucionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO. A execução será conforme solicitação, com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no Pregão Eletrônico e cláusulas contratuais, bem como de acordo com a proposta apresentada pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA: VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor Total: XXXXXXXX-XXXXXXX

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os preços que vierem a ser pactuados neste Pregão serão reajustados, observado o intervalo mínimo de um ano entre cada reajuste subsequente ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos os encargos, impostos e/ ou qualquer outro custo estão incluídos no valor da proposta, ficando a cargo da contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os recursos necessários à realização do objeto ora contratado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Programas De Trabalho: 3.3.90.32.00.00: Materias, bem ou serviço para distribuição gratuita.

CLÁUSULA TERCEIRA: FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado, em até **30 (trinta) dias**, contados o período de adimplemento a que se referir, mediante à Nota Fiscal/Fatura que deverá ser apresentada pela contratada, atestada e visada por 2 (dois) servidores da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Caso se faça necessária a retificação de Nota Fiscal/fatura por culpa da contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de representação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Após a liquidação, respeitando-se a ordem cronológica (art. 141 da Lei 14.133/2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO. O valor do pagamento eventualmente efetuado com atraso



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

injustificado sofrerá a incidência de juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando 6% ao ano, consoante artigo 406, da Lei Federal n. 10406/02.

PARÁGRAFO QUARTO. O valor do pagamento eventualmente efetuado com atraso em virtude de ato ou fato que não seja atribuível à contratada sofrerá a incidência do índice de IPCA *pro rata die*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicada pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

PARÁGRAFO QUINTO. O pagamento será realizado com base nas entregas efetivamente realizadas, conforme as ordens de fornecimento emitidas pela CONTRATANTE, desde que devidamente atestadas pela unidade responsável.

PARÁGRAFO SEXTO. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

CLÁUSULA QUARTA: VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 22 do Decreto Federal 11.462/23

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução, inerente ao objeto do presente contrato, obedecerá às características e especificações fornecidas de acordo com a proposta ofertada pela Contratada, bem como pelas disposições determinadas pelo Edital e seus anexos e por este Contrato, além do teor constante nos autos deste processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA: FISCALIZAÇÃO

A fiscalização caberá ao contratante, ou a quem dele preposto seja a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse procedimento, definidos na



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

legislação pertinente e, em especial, na especificação dos produtos a serem entregues, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A contratada declara antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo contratante, obrigando-se a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Compete à contratada fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne a entrega dos objetos adquiridos e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o contratante, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na entrega dos mesmos não implicará em responsabilidade do contratante e de seus prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os objetos nos locais determinados no edital e conforme solicitação da CONTRATANTE;
- b) Cumprir todas as exigências e obrigações discriminadas no Termo de Referência;
- c) Zelar pela qualidade do objeto oferecido até a hora de sua entrega e no decorrer de sua execução;
- d) Manter contato permanente com a CONTRATANTE, responsável pela retirada da nota de empenho;
- e) Tomar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto.
- f) Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas acaso adotadas;
- g) Se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- h) Atender imediatamente as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos objetos;
- i) Refazer ou substituir, por sua conta e responsabilidade, a qualquer época, o objeto aceito, desde que fique comprovada a existência de não conformidade com o exigido



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

- no certame, somente possível de aferição com a devida utilização;
- j) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados, nos prazos estipulados, para que se efetue a correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e/ou solicitações da Contratante;
 - k) Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;
 - l) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente de qualquer descumprimento, sem prejuízo da fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE;
 - m) Adotar todos os meios necessários de forma a impedir a interrupção da execução do objeto;
 - n) Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, devendo obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, no que concerne à contratação de pessoal a ser empregado na execução dos serviços ora contratados;
 - o) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa executar o objeto do presente Edital.
- b) Efetuar o pagamento relativo ao objeto licitado e cuja nota fiscal/fatura discriminativa seja devidamente atestada por 2 (dois) funcionários do setor próprio.
- c) Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO FORNECIMENTO

A execução do objeto dar-se-á mediante a emissão de **Autorização de Fornecimento – AFO**, expedida pela **Câmara Municipal de Armação dos Búzios**, a qual constituirá o instrumento formal para início da execução das obrigações pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A AFO conterá, no mínimo, a **identificação do fornecedor**, a **descrição detalhada dos itens**, os **quantitativos**, o **local de entrega**, o **prazo para fornecimento**, e prazos para apresentação de layout, prova digital ou modelo, **quando aplicável** bem como as demais condições necessárias à perfeita execução do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O prazo para entrega dos materiais será contado a partir do **recebimento da AFO**, devendo o fornecedor atender integralmente às condições nela



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

estabelecidas, sob pena de aplicação das **sanções administrativas** previstas na Lei nº 14.133/2021, na Ata de Registro de Preços e no instrumento convocatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Na recusa de aceitação por não atenderem às exigências do contratante, a contratada reexecutará o objeto, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do contratante a partir da data da efetiva aceitação.

PARÁGRAFO QUARTO. O recebimento do objeto será provisório para efeito de posterior verificação da conformidade dos objetos com a especificação e, definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos e consequente aceitação.

PARÁGRAFO QUINTO. Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluída no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior e caso fortuito que possam impedir a contratada de cumprir as etapas e o prazo do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O caso fortuito ou de força maior certifica-se no fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrência não comunicada nem aceitas pela fiscalização em época oportuna.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial, ou execução imperfeita do objeto, ou demora do cumprimento das determinações da fiscalização serão aplicadas à Contratada as sanções de que tratam da Lei nº 14.133/21 e previstas neste Edital, garantida a prévia defesa e ainda:

- a) Advertência;
- b) Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A critério da Administração Pública Municipal, as sanções



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

previstas nos itens a), c) e d) poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A suspensão temporária aplica-se tão somente na esfera da Administração Pública Municipal, ao passo que a declaração de inidoneidade impede futuras contratações em toda esfera da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal. A penalidade por multa será:

- a) De 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- b) De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- c) De 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de execução do objeto, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

PARÁGRAFO QUARTO. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido a CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

PARÁGRAFO QUINTO. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

PARÁGRAFO SEXTO. Após o décimo dia de atraso ou no caso de reincidência na execução imperfeita do objeto, poderá ser caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ensejando o cancelamento da respectiva NE pela Administração, sujeitando-se ainda, a empresa faltosa, às sanções previstas neste item.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Se a multa for de valor superior ao valor da nota de empenho, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, pela via judicial.

PARÁGRAFO OITAVO. A multa que alude neste item não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO NONO. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do mesmo, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Armação dos Búzios e, será descredenciada no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Artigo 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Serão aplicadas, subsidiariamente, as demais sanções previstas na lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RECURSOS

Contra as decisões que resultarem em penalidade, a contratada poderá apresentar:

- a) pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência;
- b) recurso a ser interposto perante a autoridade imediatamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência do indeferimento do pedido de reconsideração, mediante depósito prévio do valor da multa, em moeda corrente, conforme informações a serem prestadas pela CONTRATANTE;
- c) representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação da decisão relacionada com o objetivo da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: RESCISÃO

O contratante poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas na lei 14.133/21, mediante decisão fundamentada, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser **alterado nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021**, desde que **devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente**, observados os limites, hipóteses e condições estabelecidas na referida legislação. As alterações contratuais poderão ocorrer mediante termo aditivo ou apostila, conforme a natureza da modificação, respeitados os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

Nos casos omissos, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor, quando couber), bem como os princípios gerais do direito administrativo e contratual, observadas as normas internas da Câmara Municipal de Armação dos Búzios.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila,
dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Armação dos Búzios/RJ, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Armação dos Búzios, **XX de XXXXXX de 2026.**

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARMAÇÃO DOS
BÚZIOS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
X CNPJ:
XX.XXX.XXX/XXXX-XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____

ASSINATURA:

ASSINATURA
:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

**ANEXO VII - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº XXX/XXXX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

Aos XXX.. Dias do mês de XXXXXXXX do ano de XXXXXX, às XX:XX (XXX) horas, na sala da Licitações, institui-se a presente Ata de Registro de Preços, oriunda do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento futuro e eventual das demandas da Câmara Municipal de Armação dos Búzios, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, visando à confecção e fornecimento de honrarias institucionais (placas, medalhas, títulos e outros) a serem entregues em Sessões Solenes, homenagens oficiais e demais eventos institucionais.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, no período compreendido entre XXX/XX/XXXX A XXX/XX/XXXX

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS EMPRESAS PARTICIPANTES

3.1. Foi considerada vencedora do procedimento licitatório a empresa +EXECUTANTE+, CNPJ nº +CNPJ EMPRESA+ cuja proposta foi adjudicada e homologada.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS COM MENOR PREÇO UNITÁRIO:

4.1 - Conforme listagem em anexo, totalizando o valor R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX).

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS ADESÕES

5.1. De acordo Com a Lei 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na referida Lei e no Decreto Municipal nº 2.138/2023.

5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1. O Foro da Cidade de Armação dos Búzios é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão Eletrônico e a adjudicação e execução dela decorrentes, assinadas pelo Pregoeiro (a), Presidente da Câmara Municipal de Armação dos Búzios e pela +EXECUTANTE+

Armação dos Búzios, XXX, de XXXXX de XXXXX

Nome

Presidente da Câmara Municipal de Armação dos Búzios

+EXECUTANTE+ CNPJ nº
+CNPJ EMPRESA